

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissão
 - 1.2 – Mesa da Assembleia
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissão
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 5 – ERRATA**

**ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/7/2024**

Às 10h3min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, Eduardo Azevedo e Professor Cleiton (substituindo o deputado Luizinho, por indicação da liderança do BAM), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater as inúmeras denúncias de policiais militares no âmbito do CPRv, do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária, do Comando de Policiamento Especializado, do 13º Batalhão da Polícia Militar, da 6ª e da 13ª Região da Polícia Militar, as quais têm editado memorandos do Programa de Incentivo à Produtividade – PIP – com o objetivo de bater metas e de aferir pontuação para alcançar determinadas metas e conseqüentemente a premiação de dispensa de serviço, notas meritórias e elogios. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Geraldo Costa Lara Filho, encaminhado pelo “Fale com as Comissões”, encaminhando manifestação de repúdio à aprovação do Regime de Recuperação Fiscal e afirmando que a segurança pública sofrerá um grande baque e que o crime se instalará no Estado. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (um ofício em 30/5/2024); da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (um ofício em 1º/5/2024 e um ofício em 16/5/2024); da Secretaria de Estado de Governo (um ofício em 9/5/2024); da Polícia Militar de Minas Gerais (um ofício em 16/5/2024 e dois ofícios em 24/5/2024); da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (um ofício em 3/5/2024); e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (dois ofícios em 16/5/2024). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra a presença do Cel. PM Rodrigo Piassi do Nascimento, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.806/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com a equipe da Delegacia Especializada de Homicídios de Contagem, liderada pelo delegado Anderson Resende Kopke, pela brilhante condução das investigações que culminaram na prisão e posterior condenação, pelo Tribunal do Júri, em 7/5/2024, de Rafael Ribeiro Rocha Barcelos, por indução ao suicídio equiparado ao crime de feminicídio e crime conexo de cárcere privado, que vitimou Daniele de Souza Silva, no Bairro Retiro, em Contagem, em 2020;

nº 10.030/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja encaminhado ao Comando da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – em Santa Luzia e ao delegado regional da Polícia Civil de Minas Gerais nesse município pedido de providências para que seja dada celeridade à investigação dos lamentáveis fatos criminosos ocorridos em 14/7/2024, com a incineração de um ônibus da Linha 4315, que faz o trajeto Palmital-Terminal São Benedito, na Avenida Ezequiel Torres Perdigão, a qual também atingiu um carro e uma moto que estavam estacionados, com a presença, em outro ponto da região, de criminosos ostentando armas de fogo de grosso calibre, durante evento junino na região do Canal do Cristina, no acesso ao Bairro Palmital;

nº 10.031/2024, do deputado Delegado Christiano Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com a 3ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar de Minas Gerais, o Grupo Especializado em Recobrimento – GER – 28, o GER CMD, o GER 61 e a Diretoria Regional da Polícia Civil de Santa Luzia pela rápida resposta, em 15/7/2024, na identificação e prisão de dois indivíduos que exibiam armas de fogo em evento junino no Canal do Cristina, em 14/7/2024, nesse município, e aparecem em vídeos ostentando armas de grosso calibre, assim como na apreensão de três pistolas, sendo uma de calibre .45, duas de calibre .9 mm, além de dois carregadores, 24 munições .9mm, 9 munições .45 e 9 munições .40.

nº 10.038/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis com vistas à imediata apuração de crimes e transgressões praticadas pelo Cap. PM Paulo César Pereira Chagas, comandante da 7ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária, em Patos de Minas, conforme denúncias recebidas pela comissão, segundo as quais ele tem dado ordens ilegais a seus subordinados, ao determinar que façam o uso do aparelho celular particular, dos dados móveis e da capacidade de armazenamento desse aparelho para o cumprimento de atividades afetas ao trabalho policial, ordenando que os militares baixassem vários aplicativos, a exemplo do QAPP, do DEER e do Isp, e participassem do grupo de mensagens da referida companhia, inclusive com ameaças aos militares que descumprissem essas ordens; e para que o referido capitão PM deixe imediatamente de praticar as condutas supramencionadas em desfavor de seus subordinados;

nº 10.039/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar às autoridades correccionais da instituição que façam cessar de imediato a formalização da abertura de sindicâncias ou processos administrativos disciplinares para a punição de policiais militares com base única e exclusivamente em *prints* de mensagens de *e-mail* ou *Whatsapp*, sem a devida aferição da veracidade de seu conteúdo pela perícia oficial, uma vez que tais dados podem ser facilmente manipuláveis, o que, inclusive, tem sido motivo de anulação de processos no âmbito judicial;

nº 10.040/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar aos comandantes de unidades de todo o Estado que se abstenham imediatamente de expedir ato normativo infralegal em desacordo com os limites do poder regulamentar de sua competência, a exemplo da instrução acerca do Programa de Incentivo à Produtividade – PIP – assinada pelo comandante da 61ª Companhia de Polícia Militar, com o objetivo de conceder recompensas a policiais militares pelo exercício de suas atribuições de preservação e restauração da ordem pública, a qual atribui pontuação positiva ou negativa aos militares com base em tabela específica, para ao final poderem ser agraciados com dispensa de serviço, nota meritória ou elogio individual em caso de atingimento de metas;

nº 10.041/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para determinar aos comandantes de unidades de todo o Estado que se abstenham imediatamente de obrigar os policiais militares ao usar o aparelho de celular particular, dos dados móveis e da capacidade de armazenamento desse aparelho para o cumprimento de atividades afetas ao trabalho policial, por meio do uso de vários aplicativos, inclusive de mensagens, com ameaça de punição aos militares que descumprirem essas ordens;

nº 10.044/2024, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas cabíveis com vistas à a imediata apuração de crime, em tese, praticado pelo Cap. PM Paulo César Pereira Chagas, comandante da 7ª Companhia de Polícia Militar Rodoviária, o qual teria solicitado vantagem indevida ao Sgt. PM Cremilson Pereira dos Santos para retardar ato de ofício, visando benefício próprio, nos seguintes termos: “Dá para segurar a punição até o final de agosto. Senão, não pego a medalha de 20 anos”.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, 18/7/2024, às 11 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de agosto de 2024.

Sargento Rodrigues, presidente – Adriano Alvarenga – Caporezzo.

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 6/5/2024

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o pagamento de diária de viagem aos palestrantes e expositores dos oito encontros regionais do seminário técnico Crise Climática em Minas Gerais – Desafios na Convivência com a Seca e a Chuva Extrema. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Antonio Carlos Arantes, processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Carlos Henrique referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Duarte Bechir referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; ao deputado Betinho Pinto Coelho, Requerimento 3.229/2023, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à reitora da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de informações sobre as políticas públicas relacionadas à inclusão de pessoas com altas habilidades (superdotadas) que estão sendo desenvolvidas nas unidades da Uemg, tais como enriquecimento curricular, aceleração de períodos e atividades diferenciadas, esclarecendo se existe no âmbito da instituição um cadastro de estudantes com altas habilidades e se existe, no momento da matrícula, um campo para preenchimento e identificação de pessoas com altas habilidades – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.671/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a previsão, no âmbito do Decreto nº 48.661, de 31 de julho de 2023, de uma coordenação de vigilância do câncer, de grande importância para o levantamento de informações e a consolidação de dados sobre a incidência de câncer no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento 3.894/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o repasse de recursos ao Hospital Nossa Senhora das Graças, em Sete Lagoas, para aquisição de tomógrafo e mamógrafo digital, especificando-se quando ocorreu o repasse de recursos, se o repasse foi feito ao município ou ao hospital e, caso tenha sido feito ao município, se o município fez o repasse ao hospital ou se comprou o tomógrafo ou o mamógrafo – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.623/2023, de autoria da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o processo de aquisição de materiais para a prática esportiva nas escolas estaduais e sobre a existência de recursos específicos para esse fim – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.851/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja

encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre a água que chega para a população no Vale do Rio Doce e Ibertioga, na Zona da Mata mineira, que registrou uma alta concentração de agrotóxicos perigosos, conforme revelam testes de qualidade feitos pelo Ministério da Saúde no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – Sisagua – e divulgados pelo Repórter Brasil, ressaltando-se que os Municípios de Claro dos Poções, Alfredo Vasconcelos, Divinópolis, Ibiaí, Mário Campos, Paraisópolis, Pequi, Pintópolis, Rio Piracicaba, Rubim e Várzea da Palma, somados às regiões citadas, colocam Minas Gerais no topo da lista de estados que mais registraram poluição da água – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.852/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações a respeito do cumprimento do direito dos recém-nascidos de terem um acompanhante em tempo integral durante sua internação em unidade de terapia intensiva neonatal, conforme disposto no art. 12 do Estatuto da Criança e do Adolescente – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.320/2023, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa pedido de informações sobre o número de bebedouros ou de outras formas de acesso livre e gratuito à água potável disponíveis em Belo Horizonte, especificando, no caso de bebedouros, se há previsão de manutenções; o planejamento de implantação de outras formas de acesso livre e gratuito à água para as pessoas em situação de rua; a previsão de ampliação de Centros de Referência da População de Rua – centros pop, unidades de acolhimento institucional ou outro serviço de atendimento a essas pessoas na cidade e o apontamento das melhorias necessárias – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.480/2023, de autoria dos deputados Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves, Betão, Betinho Pinto Coelho, Celinho Sintrocel, Chiara Biondini, Cristiano Silveira, Doutor Jean Freire, Dr. Maurício, Duarte Bechir, Gil Pereira, Ione Pinheiro, João Júnior, Leleco Pimentel, Leninha, Lohanna, Lucas Lasmar, Lud Falcão, Macaé Evaristo, Maria Clara Marra, Nayara Rocha, Professor Cleiton, Professor Wendel Mesquita, Rafael Martins, Ricardo Campos, Rodrigo Lopes e Thiago Cota, em que requerem a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Papa Francisco, 266º papa da Igreja Católica e chefe de Estado da Cidade-Estado do Vaticano – parecer pela aprovação na forma do Projeto de Resolução apresentado, aprovado; Requerimento nº 5.736/2024, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a duração da análise do Plano de Desenvolvimento Individual – PDI – de alunos ingressantes no sistema estadual público de ensino e a contratação de profissional de apoio educacional especializado para estudantes que fazem jus a tal prerrogativa por possuírem transtorno do espectro autista – TEA – ou outros transtornos do neurodesenvolvimento, bem como sobre as estratégias adotadas para a garantia da inserção desses estudantes no espaço escolar até que o processo seja concluído, de forma a não prejudicar o seu desenvolvimento e aprendizado – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.741/2024, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as políticas públicas em vigor atualmente no Estado que visam garantir a permanência estudantil nas escolas e universidades públicas estaduais; a implementação dessas políticas em termos de alocação de recursos, estruturação de programas e ações específicas; o orçamento destinado à permanência estudantil no Estado para o atual exercício fiscal; os critérios de elegibilidade e os procedimentos para os estudantes acessarem os benefícios relacionados à permanência estudantil; a existência de algum programa específico de assistência estudantil, como bolsas, auxílios alimentação, transporte ou moradia, e como os estudantes podem se inscrever nesses programas; o acompanhamento e a avaliação realizados pelo governo estadual para verificar a eficácia e o impacto das políticas de permanência estudantil – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.748/2024, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a Escola Estadual Evandro Ávila, no Distrito de Rio das Mortes, Município de São João del-Rei, especificando se a escola está inserida no programa Mãos à Obra, o valor do investimento feito na instituição e a previsão de início das obras no local – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.764/2024, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e à presidente da Fundação

Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações acerca dos pontos de logística reversa para resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos no Estado, especificando a localização dos atuais pontos de recolhimento por logística reversa para esses resíduos nos municípios, com lista detalhada dos locais onde já foram implementados, e a possibilidade de ampliação desses pontos de recolhimento, visando à inclusão de, pelo menos, um ponto de recolhimento em cada município – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.789/2024, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o andamento e o cronograma dos trabalhos do grupo que visa discutir a regulamentação da Lei nº 23.795, de 2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – criado pela Resolução Conjunta Sedese/Seapa/Semad/Seplag nº 1/2022, de 13 de outubro de 2022 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.070/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas na relação dos municípios que não receberão a segunda parcela de recursos referentes ao Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento das Arboviroses – PEC-Arbo –, com foco em dengue, chikungunya, zika e febre amarela, para o período de dezembro de 2023 a novembro de 2025, aprovado pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.414, de 18 de outubro de 2023 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.072/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas em documento contendo os repasses estaduais de recursos aos municípios para o enfrentamento das endemias de arboviroses, especialmente dengue, zika, chikungunya e febre amarela, previstos e efetuados nos anos de 2021 a 2025, com os cronogramas de desembolso correlatos e os municípios contemplados, de forma detalhada – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.074/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a gestão e o monitoramento estadual da aplicação de defensivos UBV nos municípios (fumacê), com o detalhamento e mapeamento do número de carros nos municípios, o diagnóstico da funcionalidade e efetividade de nebulizadores costais motorizados nas cidades e a relação dos investimentos realizados pelo governo estadual, evidenciando e diferenciando os recursos oriundos do Tesouro estadual daqueles decorrentes de repasses federais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.075/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a atuação das superintendências regionais de saúde na fiscalização e aplicação dos planos de contingência para enfrentamento das arboviroses nos municípios e sobre as ações de apoio da secretaria de que é titular aos municípios, em casos de falta de insumos, esclarecendo se há algum projeto de integração dos bancos de dados relativos ao controle de arboviroses no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.224/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – pedido de informações detalhadas sobre o atendimento de saúde oferecido pelo instituto em Divinópolis: o endereço das unidades de atendimento, horário de funcionamento e especialidades médicas disponíveis; a forma de avaliação da qualidade do atendimento oferecido, se existem indicadores de desempenho ou pesquisas de satisfação dos usuários que possam ser compartilhados; os principais serviços de saúde oferecidos aos beneficiários no município e se há alguma restrição ou limitação no acesso a determinados serviços; se há demanda por especialistas em áreas específicas que não estão sendo atendidas; e se existe algum plano ou iniciativa em andamento para melhorar ou expandir o atendimento de saúde do Ipsemg em Divinópolis – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.274/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de informações consubstanciadas no Regimento Interno do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas – Conedru –, bem como na ata de eleição e posse da sua última composição, de forma que a comissão possa acompanhar o processo de organização da VI Conferência Estadual das Cidades e envidar esforços para a sua realização – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.353/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado à delegada-geral da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de informações sobre a possibilidade de fechamento da delegacia em Dolores de

Campos, considerando a relevância dessa unidade no local para a manutenção da segurança da população do município – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.354/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre os critérios adotados para definir a responsabilidade pelos danos ocorridos no pavimento recém-construído no trecho localizado entre Virgem da Lapa e Ijicatu, que compreende as Rodovias LMG-677 e MG-114, e sobre as ações adotadas pelo governo do Estado a partir da devida responsabilização – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.356/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado à diretora-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de informações sobre o resultado das diligências dessa autarquia relacionadas à denúncia realizada pelo vereador Vinícius Rodrigues Amorim, do Município de Crisólita, sobre desabastecimento e inconsistências na qualidade da água na cidade, cujos serviços são prestados pela concessionária Copanor – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.362/2024, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG – pedido de informações sobre as obras e os recursos orçamentários previstos para a Rodovia MG-211, no Vale do Mucuri, consubstanciadas na especificação dos segmentos objeto das intervenções, na relação das melhorias a serem implementadas e no cronograma de execução – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.584/2024, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda e ao diretor da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito pedido de informações sobre o número de vistorias de veículos e de taxas recolhidas referentes a transferência de propriedade, alteração de dados, vistorias fixas e vistorias móveis, no ano de 2024, discriminando por município; e os critérios adotados na distribuição de vistorias entre as empresas credenciadas por meio de sistema randômico, considerando-se a capacidade de atendimento dessas empresas e o porte dos veículos, por município, conforme estabelece o Decreto nº 48.703, de 2023 – parecer pela aprovação, aprovado. Dando prosseguimento, em cumprimento ao disposto no inciso VI do art. 79, c/c o inciso XXXII do art. 82 e o inciso I do art. 86 da Resolução nº 5.176, de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia, para fins do previsto na Instrução Normativa TCE-MG nº 3, de 27 de abril de 2011, a Mesa opina pela regularidade e legalidade das aposentadorias requeridas pelos servidores Sônia Cláudia Cilento e Edilson de Souza Moreira, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais, autorizando o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 7 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 7 de maio de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 13/5/2024

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 14 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 14 de maio de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 20/5/2024

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.842, altera a Deliberação da Mesa nº 2.325, de 20 de novembro de 2002, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento dos servidores, ativos e inativos, da Assembleia Legislativa, e dá outras providências. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Antonio Carlos Arantes, processo contendo dois requerimentos de natureza administrativa do deputado Grego da Fundação, referentes a assistência à saúde – parecer pela aprovação, aprovado; ao deputado Betinho Pinto Coelho, Requerimento 6.319/2024, de autoria dos deputados Mauro Tramonte, Alê Portela, Antônio Carlos Arantes, Carlos Henrique, Celinho Sintrocel, Charles Santos, Coronel Henrique, Cristiano Silveira, Delegada Sheila, Dr. Maurício, Enes Cândido, Grego da Fundação, Ione Pinheiro, Leninha, Lohanna, Lud Falcão, Macaé Evaristo, Maria Clara Marra, Marli Ribeiro, Neilando Pimenta, Professor Cleiton, Professor Wendel Mesquita, Ricardo Campos, Rodrigo Lopes, Thiago Cota e Vitório Júnior, em que requerem a concessão do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Cel. PM Wagner Alan de Mattos, comandante da 2ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais, em reconhecimento à sua atuação e dedicação em prol da segurança pública do Estado – parecer pela aprovação na forma do Projeto de Resolução apresentado, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 27 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 27 de maio de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 54ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 27/5/2024

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, a Mesa, considerando a participação da Assembleia Legislativa na Ata de Registro de Preços nº 30/2024, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 302/2023, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, autoriza a adesão à ata e a celebração do contrato com a empresa Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de *outsourcing* de impressão, ordenando a respectiva despesa, que tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 29 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 29 de maio de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 7/5/2024

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Betinho Pinto Coelho Requerimento nº 2.019/2023, de autoria da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Lourenço pedido de informações sobre a qualidade da água distribuída à população no município, consideradas as várias denúncias de que está imprópria para o consumo – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.359/2023, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações quanto ao cumprimento do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 21.157/2014, que prevê, por meio da descentralização da Comissão de Exames Especiais do Departamento de Trânsito de Minas Geras – Detran-MG – para as cidades-sede das Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP –, medidas para assegurar o acesso de pessoas com necessidades especiais à realização de exames de processo de habilitação de condutor de veículo automotor – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.099/2023, de autoria da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre a realização, nas escolas estaduais, do evento denominado “Dia D” e sobre as temáticas abordadas nas palestras, *workshops*, oficinas e rodas de conversa desse evento, esclarecendo-se se essa secretaria tem conhecimento da utilização de músicas que fazem apologia às drogas, ao sexo livre e ao crime nas atividades realizadas no “Dia D”, em especial na Escola Estadual Guimarães Rosa, localizada no Bairro Pindorama, em Belo Horizonte – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.673/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os hospitais que receberam recursos antecipados dos programas Valora Mais e Opera Mais, especificando-se o valor que cada hospital recebeu – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 4.377/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre quais ações têm sido desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino do sistema estadual de educação voltadas para a promoção da saúde emocional dos alunos e para a prevenção da violência autoprovocada, conforme prevê a Lei nº 23.764, de 2021, que institui a Política Estadual de Valorização da Vida – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 4.378/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o número de afastamentos de professores da rede pública de ensino por problemas de saúde mental, no âmbito do Estado, bem como sobre as ações que têm sido implementadas para prevenir tais afastamentos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.226/2023, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o valor do Fundo de Erradicação da Miséria que será destinado às políticas de atenção e cuidado com a pessoa idosa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.255/2023, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre impedimentos para que as empresas credenciadas de vistoria iniciem suas operações, conforme a Lei nº 24.470, de 29/9/2023 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.376/2023, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas em cópia da regulamentação estadual que permite o trabalho na modalidade *home office* dos médicos que trabalham na regulamentação do SUSFácil – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.792/2024, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações consubstanciadas em pesquisa sobre a dosagem de metais nos rios e nas águas subterrâneas do Município de Brumadinho – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº

21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 8 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de maio de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 8/5/2024

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Betinho Pinto Coelho o Requerimento nº 6.799/2024, de autoria do deputado Tadeu Martins Leite, que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a grave situação da falta de leitos pediátricos no Município de Montes Claros, que levou a prefeitura municipal a decretar situação de emergência em saúde pública, bem como sobre as providências já adotadas pela pasta para o enfrentamento dessa falta em meio ao crescente número de internações decorrentes de síndrome respiratória aguda grave no Estado – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 13 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de maio de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 14/5/2024

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo à deputada Leninha Projeto de Lei nº 2.331/2024, de autoria da Mesa, que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa – parecer pela aprovação no 1º turno na forma original, aprovado; Requerimento nº 5.462/2023, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os motivos pelos quais o Poder Executivo deixou de cumprir, no ano de 2023, as obrigações contidas na Lei nº 24.260, de 26 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pelo Poder Executivo do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 5.734/2024, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a expectativa de convocação dos aprovados no Edital nº 7/2017, da Secretaria de Estado de Educação, especificando o número total de candidatos aprovados nesse edital, discriminados por cargo; a expectativa da secretaria em relação à convocação desses candidatos; a previsão para novas convocações e contratações, e em caso afirmativo, em que prazo isso deve ocorrer; os critérios adotados para a convocação dos candidatos aprovados; a existência de cronograma para as convocações e de informação aos candidatos previamente sobre datas e procedimentos a serem seguidos relacionados à nomeação e à posse nos cargos; e a existência de canal de comunicação na secretaria específico para esse fim – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 5.760/2024, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações sobre as medidas de proteção e gestão adotadas pelo IEF em relação à proteção da Serra do Elefante, localizada no Município de Mateus Leme; o *status* de conservação dessa serra; se existem áreas protegidas ou unidades de conservação que abrangem essa região; as ações de fiscalização e monitoramento realizadas pelo IEF para coibir atividades ilegais, como desmatamento, caça predatória, ocupação irregular e outros crimes ambientais na Serra do Elefante; se existem planos de manejo, projetos de recuperação ambiental ou outras iniciativas em andamento; se o IEF desenvolve ações junto à comunidade e demais interessados para garantir a preservação dessa serra, como atividades de educação ambiental, capacitação de moradores e incentivo ao ecoturismo sustentável na região – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.003/2024, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre as datas previstas para a entrega dos livros didáticos nas escolas estaduais dos municípios que compõem a região Centro-Oeste de Minas Gerais, especificando-se a organização do processo de distribuição dos livros, considerando-se a logística de entrega e as peculiaridades de cada município; os canais de comunicação que os pais e responsáveis podem utilizar para obter informações atualizadas sobre o cronograma de entrega; em caso de atrasos na entrega dos livros, as medidas adotadas para minimizar o impacto sobre o início do ano letivo e garantir o acesso dos alunos aos materiais necessários; e a existência de algum plano de contingência ou estratégia específica para lidar com eventuais problemas que possam surgir durante o processo de distribuição dos livros – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.005/2024, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações acerca da nomeação dos aprovados no último concurso realizado, considerando que a modulação dos efeitos da decisão judicial proferida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – 915 alcançará seu termo em maio de 2024 e o concurso público, segundo cronograma, terá seu resultado homologado em 30/4/2024, esclarecendo como se darão as nomeações e quais estratégias serão adotadas pelo Estado para cumprimento da referida decisão judicial – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.201/2024, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações em relação à falta de recolhimento ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – das contribuições previdenciárias dos trabalhadores da educação em Minas Gerais que não pertencem ao quadro de efetivos, prejudicando gravemente o direito à aposentadoria desses profissionais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.324/2024, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam – pedido de informações sobre as orientações técnicas e atualizações normativas para a adequação da capacidade dos vertedouros das barragens de rejeitos de mineração, tendo em vista o impacto hidrológico das mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.429/2024, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre o cronograma de execução das obras de recuperação da MGC-122, no entroncamento com a BR-251, incluídas no Provias, que visa à pavimentação de todo o trajeto que liga os Municípios de Francisco Sá, Janaúba, Nova Porteirinha, Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul e Espinosa e vai até a divisa com o Estado da Bahia – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.589/2024, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao presidente da Feam pedido de informações sobre a situação atual da Mina de Fernandinho, da empresa Minérios Nacional, em relação ao processo de descaracterização e ao *status* de nível de emergência das Barragens B2 e B2A e se a Barragem Ecológica 1 foi totalmente desassoreada e está conseguindo, durante o período chuvoso, conter os resíduos oriundos da área da mina, em face dos Autos de Fiscalização nº 233816/2023, de 31 de março de 2024, e de Infração nº 312920/2023, de 4 de abril de 2024 – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI

do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 15 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de maio de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 15/5/2024

Às 13 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo à deputada Leninha Projeto de Lei nº 2.331/2024, de autoria da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão geral dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa – parecer pela aprovação em 2º turno, aprovado; Requerimento nº 3.629/2023, de autoria da Comissão de Minas e Energia, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo todas as autorizações e negativas para a produção de geração distribuída de energia solar fotovoltaica da companhia à Cemig SIM e a outros empreendimentos nos últimos 12 meses, no Estado – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Finalmente, é aprovado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c os arts. 132 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.267, de 29/12/2022, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 13/5/2024, a servidora Maria Vitória Vieira Gomide, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de analista de recursos humanos. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 20 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 20 de maio de 2024.

Tadeu Martins Leite, Presidente – Leninha, 1ª-Vice-Presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-Vice-Presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-Secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário – João Vítor Xavier, 3º-Secretário.

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 29/5/2024

Às 13 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide conceder aos beneficiários dependentes dos parlamentares o auxílio de que trata o Título VII da Deliberação da Mesa nº 2.565, de 10 de junho de 2013. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Antonio Carlos Arantes, processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Cássio Soares referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapias, por meio de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial – parecer favorável

à prorrogação pelo prazo de dois meses, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde Ocupacional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Alencar da Silveira Jr., Requerimento nº 5.733/2024, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre os procedimentos para o cadastro de cargos vagos nas escolas estaduais, especificando os procedimentos adotados para esse cadastro e a forma de os diretores das escolas comunicarem sobre a existência de vagas disponíveis e solicitarem sua abertura para preenchimento; a forma de obter informações sobre os prazos e critérios estabelecidos e a existência de requisitos específicos que as escolas devem cumprir ao solicitar a abertura de uma vaga; a forma de divulgação das vagas aos interessados e a existência de algum canal de comunicação ou plataforma *on-line* onde os candidatos possam consultá-las; a forma de monitoramento e acompanhamento dos cargos vagos e a existência, na secretaria, de mecanismos para garantir que as vagas sejam preenchidas de maneira eficiente para que não haja deficiência de pessoal nas unidades escolares – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 6.006/2024, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre contratação temporária de professores no Estado, considerando-se os dados do Censo Escolar de 2023, que revelou que mais da metade dos professores que atuam nas escolas estaduais do Brasil é contratada de forma temporária, portanto, sem garantia de estabilidade e sem possibilidade de progressão na carreira, e que Minas Gerais é o Estado com o menor número de concursados, com provimento de apenas 19,2% de professores efetivos, esclarecendo-se o seguinte: quais os principais motivos que levaram ao alto índice de contratação temporária de professores em detrimento de contratações efetivas por meio de concurso público; que medidas estão sendo adotadas ou planejadas para reduzir a dependência de contratações temporárias e aumentar o número de professores efetivos; se existe um plano estratégico ou políticas específicas voltadas para a valorização e estabilidade dos professores efetivos no Estado; como o governo pretende lidar com as questões relacionadas à qualidade do ensino e à estabilidade do corpo docente diante dessa situação; em quanto tempo a rede estadual de ensino será preponderantemente de efetivos; e se há planejamento para abertura de outro concurso, considerando-se o baixo número de aprovados no último realizado – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Isso posto, a Mesa, considerando as manifestações da área técnica e da pregoeira desta Casa, decide-se pelo não provimento do recurso interposto pela licitante SX Corp Ltda., restando mantida a decisão de classificação da empresa Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda – EPP, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 3/2024, que tem como objeto a contratação de serviços de agenciamento de viagens. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 3 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de junho de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente – Leninha, 1ª-vice-presidente – Duarte Bechir, 2º-vice-presidente – Betinho Pinto Coelho, 3º-vice-presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário – Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário – João Vítor Xavier, 3º-secretário.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 19 horas do dia 5 de agosto de 2024, destinada a comemorar os 30 anos da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Palácio da Inconfidência, 2 de agosto de 2024.

Tadeu Martins Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e o deputado Coronel Sandro, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 5/8/2024, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a garantia da oferta de alimentação adequada e saudável aos estudantes das redes pública e privada do Estado.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2024.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****RECEBIMENTO DE PROPOSIÇÃO**

– Foi recebido, na 35ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura, em 1º/8/2024, o seguinte projeto de resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46/2024

Concede o título de Cidadão Honorário do Estado a João Candido Portinari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º – Fica concedido a João Candido Portinari o título de Cidadão Honorário do Estado, pelos relevantes serviços prestados a Minas Gerais.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de julho de 2024.

Mesa da Assembleia

– Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.753, de 2020.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 1/8/2024, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Ana Paula Estanislau da Silva, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do Bloco Democracia e Luta, vice-líder deputado Celinho Sintrocel;

nomeando Deila Vieira Teodoro Silveira, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocel;

nomeando Renata Fonseca da Cruz Martins, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocel.

Nos termos do art. 13 da Deliberação da Mesa da Assembleia nº 2.802/2022 e dos arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133/2021, resolve designar, a partir de 5/8/2024, para atuar como agente de contratação, a servidora Suellen Christine Sernizon Gonçalves Esteves, matrícula nº 24.111/3; como membros efetivos da Comissão de Contratação, os servidores Blenda Ribeiro Netto Miranda, matrícula nº 20.028/0, Bruno de Almeida Oliveira, matrícula nº 17.450/5, Ricardo de Paula Tourinho, matrícula nº 20.344/0, e Gil Flávio Naves Lima, matrícula nº 5.585/9; como membros suplentes, os servidores Rafael Amaral Freitas, matrícula nº 29.806/9, Alessandra Strambi de Almeida Mitre, matrícula nº 17.704/0, Rejane de Oliveira Marciano, matrícula nº 20.470/6, e Núbia Martins Domingues, matrícula nº 19.769/6.

CREENCIAMENTO Nº 2/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, I, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 2024, foi deferido o pedido da Clínica Odontológica Eto S/S para o credenciamento em epígrafe, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica.

CREENCIAMENTO Nº 2/2024

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, nos termos do art. 16, I, da Deliberação da Mesa nº 2.834, de 2024, foi deferido o pedido da Clínica RX Digital Odontologia Ltda., para o credenciamento em epígrafe, que tem como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 9/2024

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac. Objeto: permissão de uso de espaço físico, instalações e bens móveis para implantar e operacionalizar o projeto Empresa Pedagógica de Gastronomia (Restaurante-Escola), com disponibilização de serviços de restaurante nas dependências da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Vigência: 10 anos.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 77/2024**Número no Siad: 9229150-2**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Claro S.A. Objeto do contrato: prestação de serviço telefônico fixo comutado – STFC. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, excepcional. Vigência: até 12 meses, de 8/10/2024 a 7/10/2025, inclusive, ou até o dia anterior ao de início de vigência do contrato que resultar do processo SEI 104-0/2024, o que primeiro ocorrer. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 82/2024**Número no Siad: 9414329-1**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Conservadora Campos e Serviços Gerais Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviços de condução de veículos automotores e de mecânica automotiva, com dedicação exclusiva de mão de obra. Objeto do aditamento: acréscimo de um posto de motorista executivo, com jornada de 44 horas semanais e escala de trabalho das 16 horas à 1 hora e supressão de um posto de motorista de veículos acima de 7 até 12 lugares e jornada de trabalho de 44 horas semanais. Vigência: a partir da data da publicação deste termo aditivo no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).

**ERRATA****ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/8/2024**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/8/2024, na pág. 1, no Sumário, onde se lê:

“Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.659 a 2.662, 2.664, 2.669, 2.671, 2.673, 2.676, 2.678, 2.681, 2.682, 2.684, 2.688 e 2.689/2024”, leia-se:

“Apresentação de Proposições: Projeto de Resolução nº 46/2024, e Projetos de Lei nºs 2.659 a 2.662, 2.664, 2.669, 2.671, 2.673, 2.676, 2.678, 2.681, 2.682, 2.684, 2.688 e 2.689/2024”.